

COLHENDO OS CACOS DOS CORAÇÕES NO OLHO DO FURACÃO: mães enlutadas sobrevivendo a pandemia e vivendo o *Black Lives Matter*¹

HARVESTING THE PIRAGES OF HEARTS IN THE EYE OF THE HURRICANE: grief mothers surviving the pandemic and living black lives matter

José Rolfran Souza Tavares²

PPGAS/UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-5066-5076>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n37ID31804

Resumo

O Rio Grande do Norte nos últimos anos esteve entre os estados brasileiros com a maior taxa de homicídios contra jovens, sendo as pessoas assassinadas majoritariamente homens, negros e pobres. Partindo desse problema social e considerando que são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados desses sujeitos, buscando cotidianamente formas de salvaguardá-los do risco de morte, na minha pesquisa de mestrado procurei compreender quais as percepções de segurança pública e as estratégias de manutenção da vida de jovens negros que “mães” que já tinham perdido um “filho” adotam para que outros tutelados com o mesmo perfil não morram. Para realizar a dissertação, foi feita uma etnografia da relação de maternagem de seis mulheres que moram em uma região da cidade de Parnamirim-RN com problemas de violência urbana desde o final da década de 90. Um dos movimentos que fiz para atingir esse objetivo foi compreender como as mães lidam com tal configuração social, recebendo especial destaque as recentes transformações do mundo devido à pandemia de coronavírus e à luta internacional pela vida das

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² E-mail: rolfran.tavares.097@ufrn.edu.br

peessoas negras. Neste trabalho me proponho a aprofundar as reflexões sobre como essas mulheres estavam reconstruindo o mundo delas e de suas famílias em meio ao luto da perda de um filho e os dois eventos de grande impacto internacional acima citados.³

Palavras-chave: Maternagem. Pandemia. Black Lives Matter. Parnamirim-RN.

Abstract

In recent years, Rio Grande do Norte has been among the Brazilian states with the highest rate of homicides against young people, with the majority of people murdered being men, blacks and poor people. Starting from this social problem and considering that women are the main responsible for the care of these subjects, seeking daily ways to safeguard them from the risk of death, in my master's research I tried to understand what are the perceptions of public safety and the strategies for maintaining life of young blacks that “mothers” who had already lost a “son” adopt so that other wards with the same profile do not die. To carry out the dissertation, an ethnography was made of the mothering relationship of six women who live in a region of the city of Parnamirim-RN with problems of urban violence since the end of the 90s. understand how mothers deal with such a social configuration, with special emphasis on the recent changes in the world due to the coronavirus pandemic and the international struggle for the lives of black people. In this work, I propose to deepen reflections on how these women were rebuilding their world and their families amid the mourning of the loss of a child and the two events of great international impact mentioned above.

Keywords: Maternity. Pandemic. Black Lives Matter. Parnamirim-RN.

³ Uma primeira versão desse trabalho foi apresentada na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Introdução

Muito provavelmente a maioria das pessoas ao recordar março de 2020 lembrará da rápida mudança do seu modo de viver, naquele mês daquele ano foi declarada a pandemia de coronavírus. Cuidados sanitários, até então não rotinizados, eram estimulados e tiveram até que ser obrigados, já que agitadores políticos negacionistas inflamavam suas bases de apoio para se oporem a convenções internacionais de saúde. Máscaras cobrindo boca e nariz, álcool nas mãos ou água e sabão sempre que fosse tocado uma superfície ou alguém, evitar estar próximo fisicamente de outras pessoas, principalmente em aglomerações, eram algumas das precauções exaustivamente midiáticos, condensando-se em um clamor pela restrição de circulação com *slogan* “Fique em casa”.

Porém, às vezes tudo isso era insuficientemente convincente em um país com profundas desigualdades sociais, no qual muitas/muitos que nele habitam não possuíam condições socioassistenciais, trabalhistas ou previdenciárias que lhes assegurassem recursos suficientes para seguir tal orientação (INESC, 2020). Em meio a isso floresceu o pleito por um auxílio que garantisse condições mínimas de sobrevivência às famílias pobres, reivindicação tão pungente que fez em pouco tempo a proposta de renda mínima não ser mais vista como uma utopia.

Naquele período acompanhava essas tensões como um trabalhador da política de assistência social, era também um mestrando em vias de iniciar as atividades de campo; perdido em meio a tantas transformações, precisei repensar as ações da minha pesquisa. Pretendia trabalhar em Natal/RN e região metropolitana com mães que tiveram um dos “filhos”⁴ assassinados, queria refletir sobre a percepção de segurança pública e as estratégias de manutenção da vida de jovens negros que elas tinham, todavia, para não desrespeitar as normas de biossegurança quanto ao deslocamento, decidi manter como colaboradoras de pesquisa apenas mulheres que já encontrava nos meus percursos cotidianos, minhas vizinhas. Além disso, por ter certo conhecimento de como acessar direitos sociais, estava assessorando pessoas que residiam próximo da minha casa a solicitarem serviços e benefícios públicos, essa atitude acabou sendo

⁴ A prática da maternagem é entendida na literatura consultada como a ação de cuidado a sujeitos que estão sob a responsabilidade de alguém. É importante que não seja confundida com maternidade, pois nem sempre quem exerce a maternagem é a pessoa que pariu. No caso da minha pesquisa, duas das mulheres que exerciam a maternagem a jovens negros se apresentavam como suas irmãs. Devido a essa complexidade das relações de parentesco em meu campo, há vezes em que os tutelados das minhas colaboradoras serão mencionados com o termo “filho(s)” entre aspas, assim como “mãe(s)” aparecerá com esse marcador gráfico em alguns momentos.

mais uma ponte para construção de vínculos com as mães que convidei para participar da pesquisa.

Sobre essas circunstâncias, defini como colaboradoras de pesquisa cinco mulheres residentes no “território 2” de Parnamirim-RN (PARNAMIRIM, 2017), um conjunto de bairros periféricos ao oeste de um município limítrofe com a capital potiguar. Aquele era um lugar historicamente marginalizado, formado majoritariamente por pessoas pobres e não brancas, onde o processo de urbanização era precário e acumulava problemas de segurança pública desde a década de 90. No primeiro capítulo da minha dissertação desenvolvo melhor essas informações, às trago aqui porque elas foram pertinentes para que eu entendesse de onde as mulheres com quem trabalhei estavam tirando forças para fazer contrapeso, não deixando o mundo delas e de suas/seus familiares virar de cabeça para baixo em meio aos estremecimentos de viver uma pandemia em situação de vulnerabilidade social, elas tinham adquirido aquela robustez porque eram quem quase diariamente pressionava para que os serviços públicos atendessem adequadamente a si e toda sua parentela⁵. Discutirei sucintamente essas movimentações na primeira parte deste artigo.

Foram também aquelas mulheres que, com mais ou menos fôlego, reorganizaram sua unidade doméstica para continuar existindo mesmo depois da perda de um dos membros. As múltiplas violações com que se depararam as formataram como sujeitos de tamanha maleabilidade que elas absolviam no cotidiano a mortandade juvenil como um norteador para suas técnicas de maternagem, noção que na minha leitura não mudou muito quando as mobilizações pela valorização da vida do povo negro efervesceram internacionalmente. Esse debate será pontuado na segunda parte deste artigo.

Processar o intragável se for necessário para se manter viva e não deixar morrer quem está sob seus cuidados, algo tão complexo para analisar que eu não teria conseguido minimamente nenhum avanço significativo se não tivesse ao meu lado alguém que já fosse acostumada com esse traquejo. Foi minha mãe (Francisca⁶) quem

⁵ O tema da articulação para tornar a vida possível que mulheres pobres em territórios violentos empreendem já é examinado a certo tempo em etnografias produzidas no eixo Sul-Sudeste, como é o caso das de Zaluar (1994), Leite (2004), Fonseca (2004), Duarte e Gomes (2008), Feltran (2008), Farias (2014) e Robottom (2018), porém no nordeste ele começou a ser explorado recentemente, o trabalho de Efrem-Filho (2017) é um exemplar, que realizou campo em Pernambuco e na Paraíba.

⁶ Utilizei pseudônimo para todas as minhas colaboradoras, com exceção da minha mãe, porque como já revelei nosso grau de parentesco, qualquer leitora/leitor pode facilmente consultar a identidade dela através das ferramentas de busca da internet.

me acompanhou em campo e me ajudou a produzir muitas das compreensões sobre o que observávamos, tornando-se a sexta das minhas colaboradoras de pesquisa.

Assim, meu objetivo em retrabalhar esses recortes neste artigo é entender como minhas colaboradoras de pesquisa, ao reconstruírem ou não deixarem que fosse destruído o mundo delas e de sua parentela frente ao luto da perda de um familiar e dois eventos de grande impacto internacional, estavam fazendo família e Estado ao buscarem serviços públicos em um território marcado por precariedades e pela violência urbana. Já que elas eram as principais responsáveis pelos cuidados aos parentes que estavam em sua unidade doméstica, tendo que lidar com as dinâmicas de funcionamento das instâncias estatais que devem garantir o acesso a direitos sociais no território em que habitavam.

Este trabalho é um dos produtos da minha dissertação, na qual realizei uma etnografia das relações de cuidado de cinco “mães” – enlutadas – de jovens negros/negras com seus/suas “filhos/filhas”, utilizando para isso o método da “etnobiografia” (GONÇALVES, 2012). Para isso, provoqueei elas a narrarem sua trajetória através da pergunta “como você se tornou a mãe que é hoje?”. Também apliquei um questionário com o objetivo de extrair informações pragmáticas, que estavam diretamente relacionadas com o objeto da pesquisa e por isso serviriam para auxiliar nos recortes que fiz dos relatos delas para produzir o texto final⁷.

Na escrita, levei em consideração as críticas de Clifford (2002) para tentar construir o texto baseado no modelo “polifônico”, para isso trouxe minhas análises junto das falas delas e descrevi como construímos nossas relações, elencando tanto os momentos de convergência quanto os de divergência, deixando as ambivalências

⁷ O questionário tinha as seguintes perguntas: Quantas pessoas estão hoje sob os seus cuidados? Quais as idades dessas pessoas? São homens ou mulheres? Essas pessoas têm a cor parecida com a minha? Alguém te ajuda nos cuidados das pessoas que você é a responsável? Quantas pessoas moram na sua casa? Dentre essas pessoas, quantas trabalham? Quais as profissões das pessoas que estão trabalhando? Quem organiza a casa? Sua família recebe algum auxílio do governo? A casa que você mora é própria? Na sua casa tem alguém com problemas de saúde? Até que série as pessoas da sua casa estudaram? Sua família é daqui mesmo?

Uma observação importante, minha mãe me assessorou na elaboração dessas perguntas. Com a sensibilidade dela fui orientado a usar expressões mais acessíveis e que reduzissem a possibilidade de constrangimentos. Por exemplo, caso perguntassem se alguém se reivindicava racialmente como sendo negro/negra ou tendo familiares negros/negras, poderia ser entendido como racismo, devido ao acúmulo de discriminações que sujeitos categorizados assim sofrem. Nesse sentido, por mais que algumas vezes o termo aparecesse como alcunha para alguém, poderia soar ofensivo perguntar se os/as “filhos/filhas” de uma mulher eram negros/negras. Para superar essa polêmica, minha mãe pediu para usar meus marcadores fenotípicos como referência, já que assim as pessoas com quem estivéssemos dialogando poderiam estabelecer uma gradação que iria me dar uma noção sobre a racialidade de quem elas queriam se remeter, com expressões como: “igual a você”, “mais clarinho que você” ou “mais escurinho”. Foi dessa troca que surgiu a pergunta: essas pessoas têm a cor parecida com a minha?

explícitas para que quem ler possa entender as complexidades que nos cortavam. A escolha do método e da forma deu-se pela preocupação de não produzir essencializações, já que assumi as ponderações de Abu-Lughod (2018), a qual aponta que a antropologia ocidental hegemonicamente se baseia no entendimento do outro como distinto através de realces da diferença, produzindo assim generalizações e exotizações. Neste sentido, em muitos momentos trago minhas vivências para fazer aproximações com a das mulheres com quem trabalhei, já que residimos no mesmo local, além disso, a relação de maternagem que Francisca tem comigo foi textualizada como parte da etnografia devido ela ter sido a mediadora e auxiliado nas interpretações das entrevistas que serviram de base para as etnobiografias. Ambos movimentos metodológicos sempre são tecidos em diálogo com as dinâmicas geopolíticas do período em que se desenvolveu o campo, isso permite que a etnografia expresse de forma contextualizada as particularidades das experiências das minhas colaboradoras ao mesmo tempo que mostre minhas conexões com elas, tentando viabilizar que quem ler nos localize em um conjunto de relações sociais mais amplas ao mesmo tempo que conheça nossas singularidades.

Cuidadoras pobres em um mundo pandêmico

Quando iniciou uma forte mobilização de controle sanitário para reduzir os impactos do coronavírus, o termo “guerra” foi acionado como analogia para o forte esforço de prevenção ao adoecimento em massa. Acredito que o uso dessa palavra tão impactante tinha a intenção de gerar uma grande subjetivação coletiva violentamente reativa. Para isso, no Brasil – assim como em muitos lugares do mundo – entendo que, devido a difusão pelos canais de maior circulação de notícias sobre a priorização do combate a pandemia como principal interesse comum, foi produzida uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) onde todos os membros deveriam ter como principal preocupação a biossegurança, pois a covid-19 era propagandeada como o principal risco à vida e evitar a infecção era proclamado como o mais importante cuidado para autopreservação da população brasileira. Essa formulação parecia seguir uma receita similar à das postulações nacionalistas.

Ao acompanhar como naquele período as mulheres com quem trabalhava estavam lidando com as fragilidades da seguridade social e da segurança pública no seu território, constatei que a crise sanitária era só mais um dos sérios problemas que

deveriam ser resolvidos por um grande esforço conjunto, isso fez com que me alinhasse as críticas contundentes de Mbembe (2020) sobre a necessidade de redimensionamento das prioridades que estavam sendo estabelecidas, pois achava válido que “tudo o que condena a grande maioria da humanidade à paragem prematura de respiração” devesse receber igual atenção (MBEMBE, 2020, online). Além disso, como bem já havia discorrido Chatterjee (2008), as diferentes maneiras de conceber o que é basilar de uma coletividade entendida como parte de uma nação são respostas a um campo de poder, sendo por isso relevante também observar como sujeitos marginalizados interagem com tentativas de as/os englobar em narrativas comunitárias que não consideram suas particularidades. Nesse sentido, abaixo analiso eventos que aconteceram nas famílias das mulheres com quem trabalhei que são relativos à pandemia e à sua forma concreta no setor pesquisado.

Das seis mulheres com quem trabalhei, três estiveram constantemente em contato comigo no período em que decidi não realizar atividades de campo em espaços fechados, já que as contaminações por coronavírus estavam em alta no RN (entre março e setembro de 2020), isso porque eram as que demandavam mais suporte para acessar direitos sociais. Elas tinham em comum a responsabilização por parentes acometidos de adoecimentos potencialmente incapacitantes, que por isso requeriam cuidados de saúde específicos e acesso a benefícios socioassistenciais ou previdenciários.

Essas mulheres eram: Francisca⁸, principal responsável pelos cuidados de um familiar adulto com problemas neuropsiquiátricos, que havia apresentado sintomas graves em fevereiro de 2020, tendo que iniciar o tratamento com urgência, por isso recebendo um laudo temporário de incapacidade para atividades laborais, permitindo

⁸ No período em que a pesquisa foi produzida, Francisca tinha 54 anos e se autodeclarava como uma “negra diferente”, o que compreendi como sendo uma noção que era clara demais para ser aceita no que se convencionou entender como negra no contexto potiguar e escura demais na família dela para ser considerada branca. Ela era evangélica e agricultora, mas tinha se afastado há alguns anos das suas funções laborais por problemas cardíacos, além disso, estava próximo de atingir a idade requerida para solicitar aposentadoria. Também cabe frisar que Francisca era solícita para contribuir com a resolução de problemas burocráticos de familiares e de pessoas da vizinhança em instituições públicas, pois tinha um jeito simpático que era balanceado com astúcias e atrevimentos para lidar com o contexto de grandes limitações de acesso a direitos sociais que vivemos. Ela desenvolveu diversas técnicas para lidar com as/os agentes estatais, nas quais acionava uma série de artifícios oficiais (elogios, homenagens, denúncias, reclamações e mediações) e não-oficiais (amizades, bajulações, intimidações, chantagens e constrangimentos) para obter o que almejava com celeridade. Essa habilidade garantia a ela certa admiração entre algumas/alguns familiares e vizinhas/vizinhos, tornando-a uma referência local e na família de sujeito capaz de negociar ou se impor frente a tentativas de cerceamento de direitos.

que ele solicitasse o auxílio- doença; Jaciele⁹, mãe de um menino de 12 anos, que, nas palavras dela, “tem uma banda morta e sangra”, necessitando de medicações diariamente e exames periódicos, situação que somada ao perfil socioeconômico da família permitia que ele fosse contemplado pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁰, informação que Jaciele soube no curso da pesquisa; e Dona Dores¹¹, cuidadora do companheiro idoso que estava com câncer de próstata em fase terminal, o qual arcava com os custos do tratamento com o dinheiro do BPC, renda que também servia para as despesas da família, já que era a única da sua casa.

O começo da pandemia foi o mesmo momento que Francisca intensificou as peregrinações para conseguir um acompanhamento regular para seu parente adoecido, já que uma série de irregularidades estavam acontecendo na gestão da saúde no território 2, além dos maus tratamentos em serviços privados destinados a pessoas com baixo poder aquisitivo, um recurso acessado por ele para realizar um dos exames. Isso a deixava revoltada, pois ela entendia que tais falhas aumentavam o risco dela e os demais familiares serem contaminados pelo coronavírus, porém, compreendia que era um estresse menor do que se o parente necessitasse novamente das instituições de urgência hospitalar, que naquele momento estavam colapsando.

Articulado com ela, decidimos reagir a isso reclamando desses problemas na Unidade Básica de Saúde (UBS), reportando para ouvidoria (depois de inúmeras tentativas, já que os contatos disponibilizados não completavam a ligação ou chamavam até cair) e tentando mediatizar, propondo matérias sobre essas falhas nas duas maiores emissoras de TV do estado, mas elas não quiseram levar ao ar o que

⁹ No período em que a pesquisa foi produzida, Jaciele tinha 28 anos. Nunca a perguntei como ela se autodeclarava racialmente, mas observei que possuía pele marrom clara, cabelos ondulados e nariz levemente alargado. Tinha o cristianismo protestante como religião e era vendedora de guloseimas, pipocas e lanches em uma parada de ônibus na capital, porém, até o momento em que mantinha contato com ela, Jaciele buscava um emprego que a garantisse direitos trabalhistas. Essa colaboradora era extremamente proativa, executando os processos burocráticos orientados por mim e/ou Francisca o mais rápido possível, além disso, não costumava ficar abatida com entraves ou insucessos que se deparava ao buscar acessar políticas públicas, pelo contrário, repensava sua estratégia e se lançava novamente na empreitada. Ela tinha essa postura porque acreditava que havia uma entidade superior contribuindo para o seu sucesso, dessa maneira via as precariedades que a cercava apenas como um desafio para testar sua fé.

¹⁰ Salário-mínimo concedido a pessoas com deficiência ou idosas de famílias de baixa renda.

¹¹ Dona Dores tinha 57 anos no período em que a pesquisa foi produzida. Não a questioneei sobre como se autodeclarava racialmente, todavia observei que possuía pele branca, cabelo ondulado e nariz afilado. Ela era católica e se dedicava integralmente aos cuidados com os familiares. Dona Dores costumava relatar o quanto se sentia impotente para buscar serviços e benefícios públicos, pois acreditava que não conseguia expressar bem suas demandas, isso a fazia sempre estar pedindo as mais variadas pessoas com quem tinha contato para que fosse seu/sua porta-voz nas instituições em que ela iria requerer algum direito social para si ou para sua parentela.

relatamos. A cobrança da ouvidoria a UBS fez com que alguns procedimentos melhorassem significativamente, entretanto, por ter questionado a atuação de alguns/algumas dos/das profissionais, gerou retaliações de parte da equipe a nossa família.

Nessa situação a demanda para acessar o auxílio-doença foi mais um ponto desgastante, visto que, por causa das medidas sanitárias do período pandêmico, as agências do Instituto do Seguro Social (INSS) foram fechadas e levou por volta de um mês para o governo federal dar alguma alternativa para a concessão desse direito previdenciário. A demora para o recebimento desse recurso só não impediu a realização do exame e da compra das medicações para aquele parente, pedidos com urgência para iniciar o tratamento com celeridade pelo primeiro neuro-psiquiatra que o atendeu, porque a família extensa de Francisca arcou com parte dos custos.

Semelhante a Francisca, porém um pouco mais ousada porque acreditava que “Deus” a protegeria e por isso poderia se deslocar sem máscaras, Jaciele ainda fazia longos percursos por diversas instituições para garantir condições mínimas de subsistência para seu núcleo familiar. Em uma das vezes que ela foi na minha casa para saber como estava a pesquisa, conversamos sobre a possibilidade do filho dela receber o BPC e ser priorizado em um programa habitacional em curso no município. Com muita disposição, essa colaboradora já começou no dia seguinte a realizar os trâmites para conseguir tais direitos, porém esbarrou na necessidade de atualização dos exames do filho, que atrasariam a conquista do que estava sendo requisitado se fosse esperar pela concessão via Sistema Único de Saúde (SUS). Isso fez com que ela decidisse dedicar parte considerável da única renda fixa da família, o auxílio emergencial¹², para pagar por tais procedimentos em clínicas privadas. Quando soube disso, a orientei a procurar a defensoria para pedir o ressarcimento, ao que ela concordou, dizendo que daria entrada no processo o mais brevemente.

Apesar de relatar sérias dificuldades para sair de casa, já que tinha tonturas que dificultavam sua locomoção e se sentia pouco capaz de ser respeitada quando demandava algo em instituições estatais, Dona Dores também foi obrigada a traçar estratégias de deslocamento nesse período. O principal trajeto realizado com regularidade era o de ida ao Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), que fica em Natal, onde o companheiro realizava a quimioterapia. Para o traslado até esse espaço

¹² Benefício socioassistencial concedido de forma temporária no período da pandemia para pessoas de baixa renda.

a família gastava parte considerável da renda que possuía, por isso passei as informações de como conseguir o serviço pela assistência social de Parnamirim, porém a requisição não foi atendida, mesmo tendo afirmado que seria, o que impulsionou a perda de um dos dias do tratamento do esposo de Dona Dores. Para denunciar essa negligência, Dona Dores pediu para a Assistente Social do HUOL relatar o ocorrido às instâncias competentes pela fiscalização desse serviço na cidade.

Somado a esse problema, houve o agravo gerado pela pandemia quanto ao aprofundamento da insuficiência dos insumos hospitalares na UBS que atendia a família de Dona Dores. Esse era um problema grave para o marido dela porque ele necessitava de trocas diárias de curativos nas úlceras provocadas pelo câncer. No curso da pesquisa, o companheiro de Dona Dores faleceu. Só a evidência desse acontecimento já deixava Dona Dores preocupada com a possibilidade de não ter mais recursos para garantir a sua alimentação e de sua parentela, infelizmente tal presságio se concretizou, o que mobilizou eu e Francisca a fazermos a arrecadação de mantimentos para ela na nossa vizinhança.

O Brasil dessas três mulheres já era um lugar onde há muito tempo pessoas eram sufocadas até a morte, a pandemia só intensificou a “necropolítica” (MBEMBE, 2011) que gesta a população desse território, porém aquelas cuidadoras, ao lutar para assegurar o acesso a direitos sociais para si e seus familiares, mostram praticamente que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2009, p. 105). Essa constatação foi o que me levou a entender que os movimentos cotidianos de manutenção da vida que minhas colaboradoras realizavam, mesmo que não proclamadamente por elas, desestabilizavam os discursos midiáticos sobre a prioridade nacional do momento e tencionavam por melhoras em seu território¹³.

Destaco aqui o que frisei na minha dissertação sobre “as situações degradantes que trouxe [estarem] inseridas em um quadro maior de injustiças sociais, pois caracterizam a forma que as populações pobres comumente são gestadas pelo Estado brasileiro” (TAVARES, 2021, p. 92), que, como mostra o relatório “O Brasil Com Baixa Imunidade” do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), aprofundou-se nos cinco anos antes de iniciar a pandemia. Afirmando isso devido a:

¹³ Esse movimento de pressão de pessoas e/ou grupos marginalizados que tem o potencial de transformação das instituições é uma discussão feita a certo tempo por antropólogos/antropólogas do Estado. Tive acesso a ela através de Das e Poole (2008). Ainda sobre esse assunto, outros trabalhos que recomendo, antigos e pertinentes, são os de Gupta (2015) e Ferguson e Gupta (2002).

Segundo o documento citado, no Brasil o orçamento público está a serviço da desigualdade, pois taxa proporcionalmente mais as pessoas pobres, ao passo que os maiores gastos são em ações que favorecem quem é rico/rica (INESC, 2020, p. 12). Por esse motivo a organização considera que o sistema tributário contribui para a violação de direitos, já que ele não é regido por um mecanismo redistributivo (INESC, 2020, 18). Na pesquisa do INESC é apontado ainda que desde 2015 várias políticas públicas que asseguram direitos sociais vêm perdendo recursos, com isso a seguridade social (que engloba a saúde, previdência e assistência) é uma das áreas que teve maior perda orçamentária (INESC, 2020, p. 41). Especificamente no que tange à saúde, o estudo assinala que as mudanças feitas através da portaria n° 2.979/2019 do Ministério da Saúde, que muda as regras de financiamento da atenção básica (INESC, 2020, p. 53), podem enfraquecer esse nível de atuação do SUS de uma maneira que prejudique os esforços necessários para as ações de combate à Covid-19 (INESC, 2020, p. 53). (TAVARES, 2021, p. 92-93).

Resgato ainda minha dissertação para lembrar que as mesmas mulheres que eram as principais responsabilizadas pelos cuidados de parentes adoecidos, eram quem “já arcavam mais intensamente com as atribuições de tutoria de jovens negros em um território marcado pela violência letal a esses sujeitos” (TAVARES, 2021, p. 92). Trago isso porque “no meu campo essa multiplicação de demandas para a manutenção da vida dos componentes da família gerou uma sobrecarga para as tutoras com quem trabalhei” (TAVARES, 2021, p. 92), fazendo com que elas também considerassem os problemas de segurança pública na hora de lidar com as dinâmicas do período pandêmico, elemento que talvez foi o fio condutor de como observei que elas responderam a efervescência da luta internacional pela vida da população negra, reflexões que trago na próxima parte do texto.

Quem tem medo do corona? O #BLACKLIVESMATTER no/do território 2

O principal risco à vida de um jovem em um lugar em que pessoas do seu segmento etário são constantemente assassinadas é a contaminação por um vírus? Duas de minhas colaboradoras de pesquisa (Neguinha¹⁴ e Francisca) fizeram com que

¹⁴ No período em que a pesquisa foi produzida, Neuginha tinha 59 anos. Não a questioneei sobre como se autodeclarava racialmente, entretanto observei que ela tinha a pele branca, cabelos ondulados e nariz largo. Ela era evangélica e trabalhava como auxiliar de cozinha, estando prestes a solicitar a aposentadoria, só não tendo podido fazer esse requerimento naquele ano devido às mudanças na lei previdenciária que obrigavam trabalhadoras com o perfil dela a se aposentarem em idade mais avançada. Neuginha acreditava pouco na sua potência como demandante de políticas públicas, todavia era difícil que se eximisse de buscar o que acreditava ser seu por direito, por isso recorrentemente requeria minha companhia para ir junto dela a instituições estatais. Parecia-me que ela fazia cálculos sobre quais espaços seriam mais acessíveis, quais menos e quais impossíveis, pois às vezes ela se importava pouco de ir desacompanhada e outras vezes fazia muita questão.

me perguntasse isso quando mostraram que, apesar de suas preocupações de biossegurança, sabiam que nos bairros a oeste de Parnamirim seus filhos estavam mais vulneráveis à morte devido à insegurança pública. Isso me fez pensar que, mesmo quando a norma midiática no Brasil e em quase todo mundo para assegurar a sobrevivência da humanidade se tornou o controle sanitário, essas mulheres estavam sinalizando que, no território violento em que residiam, para manter a vida de seus tutelados era necessário pensar a pandemia articulada com outras preocupações, como por exemplo o extermínio da juventude pobre e periférica, que comumente é majoritariamente negra.

Não era um acaso daquele momento que essas reflexões que observava na vivência daquelas mulheres fossem desconsideradas nas projeções nacionais sobre as ações que deveriam ser coletivamente tomadas no país. Até antes de 25 maio de 2020 (data do assassinato do afro-americano George Floyd) a popularização desse debate no Brasil e no mundo parecia algo distante, isso porque a discussão dizia respeito a valorização da vida de populações historicamente marginalizadas nos projetos nacionais de maior parte dos Estados forjados na colonização europeia a partir da escravização de povos não brancos. As mulheres com quem trabalhei já vinham mostrando em seu território o que, em maio de 2020, a efervescência da luta internacional pela vida das pessoas negras mostrou para o mundo, que “na sombra do lado escuro, onde a própria situação de margem revela os sentidos que se escondem atrás da normalidade e onde é possível visualizar o papel histórico do Estado nacional como forjador de alteridades” (SERJE DE LA OSSA, 2011, p. 20, tradução nossa), alteridades que em muitos casos são produzidas para que se reconheça quem é digno de empatia.

A maneira contra-hegemônica com que aquelas mulheres lidaram com a pandemia para assegurar uma proteção integral aos seus familiares mais vulneráveis à violência letal, assim como trouxe do acompanhamento que realizei com algumas delas ao buscarem serviços e benefícios públicos naquele período, era o resultado de como a dupla produção do Estado e gênero (VIANNA; LOWENKRON, 2017, n.p.) enredava as técnicas de cuidado delas com as pessoas que estavam sob sua responsabilidade. Essas habilidades foram adquiridas porque minhas colaboradoras há muito tempo já faziam a vida possível em “exceção ordinária” (ROBOTTOM, 2018), o que exigia delas saber como absolver no cotidiano o que se julga como ruim,

efetuando intervenções diárias em sua unidade doméstica, já que sua agência¹⁵ era maior sobre as relações que aconteciam naquela atmosfera.

Cheguei a essa consideração por articular algumas falas de Neguinha com a não menção de um caso de tortura e execução que aconteceu na nossa região, o qual foi o impulsionador estadual para as mobilizações pela vida da população negra que aconteceram naquele período. Trago abaixo recortes etnográficos sobre as situações com Francisca e Neguinha que me fizeram construir as reflexões supracitadas.

Na minha dissertação chamei atenção para duas falas que evidenciavam que, mesmo em meio a uma pandemia na qual milhares de pessoas perdiam a vida diariamente devido ao adoecimento, as tutoras com quem trabalhei acionavam a falta de segurança pública como um dos riscos mais latentes para seus tutelados. A primeira, dita por Neguinha (uma mulher que teve um dos filhos assassinados após o dono de um 24h¹⁶ dá-lhe um tiro, ele tentar ir para casa dela para pedir socorro, mas ser interpelado antes por outro rapaz a mando do comerciante, o qual efetuou um outro disparo, sendo esse fatal), ocorreu em 10/04/2020 e foi para justificar o motivo de ter um grupo de amigos do filho bebendo com ele na frente da casa dela. Neguinha nos disse (a mim e a Francisca) que “é por isso que eu deixo ele fazer essas coisas aqui, eu sei que me julgam, mas sou mãe e não quero afastar meu filho de perto de mim, porque isso põe ele em mais risco” (TAVARES, 2021, p. 78).

Constatando perigos similares, por mais que oralizasse com uma intenção diferente, Francisca produziu uma fala que na dissertação aproximei do dito por Neguinha. Isso porque ela, para ressaltar a necessidade de manter os cuidados de biossegurança, em uma conversa no seu núcleo familiar tentou convencer o tutelado (usuário de maconha e que já havia sido torturado por policiais) a parar de frequentar uma praça onde já havia ocorrido tiroteios e aconteciam batidas policiais constantes, passeios que ele fazia diariamente para se divertir. Francisca indagou o membro de sua parentela dizendo “só quando rola bala é que você acha que pode morrer e fica quietinho em casa? *Nome do tutelado*, Aqui tem duas pessoas do grupo de risco, se você não ama sua vida, pelo menos pense na nossa!” (TAVARES, 2021, p. 80).

¹⁵ Minha compreensão de agência está alinhada à de Ortner (2007), que a entende como uma combinação de intencionalidade e poder.

¹⁶ Conveniência aberta de forma ininterrupta, todos os dias da semana e em todos os horários. Espaços como esse na região em que fiz campo também são locais de socialização para juventude, ocupados muitas vezes durante a noite e a madrugada por pequenos grupos que interagem enquanto consomem bebidas do estabelecimento.

Repito aqui o que analisei na dissertação, quanto às falas daquelas duas colaboradoras capturarem “a paisagem de morte e arbítrio, que estrutura a sociabilidade” (PINHO, 2014, online) da nossa localidade, “em um movimento similar ao que Osmundo Pinho afirma que os grupos musicais de jovens das periferias do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo apresentam em suas produções artísticas” (TAVARES, 2021, p. 81). Aquelas comunicações também eram um esforço para intervir nas relações e deslocamentos dos filhos, com o objetivo de os salvar.

Essa forma de reagir a insegurança pública se manteve igual mesmo depois dos excepcionais atos pela vida da população negra, que, apesar de pautarem algumas das demandas que também eram as daquelas mulheres, não as mobilizou para participar ou se quer os mencionar quando conversávamos, mesmo que no RN eles tivessem sido motivados por um caso que ocorreu no território 2. A partir de duas falas de Nequinho, na dissertação refleti sobre essa não menção aos atos e ao caso que os motivava como uma continuidade da técnica de absorção no cotidiano dos múltiplos assassinatos juvenis com que aquelas mulheres constantemente se deparavam, movimento que elas provavelmente realizavam para aperfeiçoar suas habilidades de cuidado aos filhos que identificavam como mais vulneráveis a serem vítimas de homicídio. Produzindo esse artigo, entendi que isso ocorria porque essa prática tinha maior impacto na sua unidade doméstica, já que nela aquelas mulheres possuíam maior agência, podendo inclusive intervir com mais recorrência. Abaixo trago os recortes etnográficos que me fizeram chegar a essa consideração.

Cabe iniciar falando do caso Gabriel, que foi o detonador das mobilizações pela vida da população negra no RN. Ele se refere ao “desaparecimento e depois descoberta de morte de Giovani Gabriel de Souza Gomes, que aconteceu dia 05/06/2020 no bairro Santa Tereza/Parnamirim” (TAVARES, 2021, p. 94). “Giovani Gabriel era um jovem (de 18 anos), negro, morador de uma periferia da capital (Bairro Guarapes) que foi abordado, torturado e morto por PMs quando estava indo para a casa da namorada” (TAVARES, 2021, p. 94). Infelizmente, na nossa região, o caso dele não é uma exceção, mas a comoção que ele gerou no estado sim, na dissertação discuto calmamente como aquele acontecimento virou “matéria moral de justa indignação ou empatia” (VIANNA, 2013, p. 22) por estourar no mesmo momento que em vários cantos do Brasil e do mundo ocorriam levantes pela vida das pessoas

negras¹⁷. O que acabou sendo secundarizado nesses atos foi como a desigualdade urbana que impulsiona os problemas de segurança pública do território 2 contribui para que mortes como a de Gabriel aconteçam.

Durante a pesquisa de mestrado, na busca para compreender essa não menção ao caso entre minhas colaboradoras, apesar de o acontecimento condensar vários elementos que entendia como relevantes na rotina daquelas mulheres, lembrei de um diálogo que tive com Neguinha antes daquele assassinato ocorrer, no dia 10 de abril de 2020. Nele ela relatou como desejava que seu filho não fosse morto, mas que tinha aceitado porque isso eram “coisas” que aconteciam com “os jovens”. Aquela afirmação me deixou incomodado, por isso falei que se tivessem mais oportunidades para juventude poderíamos estar em outro contexto. A isso ela respondeu “é, tem que ter mais oportunidade”. Aquela reação me pareceu tão seca de expressividade, que ouvi como um “ok, anotado” com outras palavras e fiquei constrangido.

Meses depois do assassinato de Gabriel, quando retornei para fazer uma entrevista com Neguinha, ela deu mais uma informação que seria fundamental para que eu construísse minha compreensão sobre como as mulheres com quem trabalhei estavam lidando com aquele caso. No caminho para a casa daquela colaboradora, eu e Francisca vimos pichado em vermelho – no muro das ruínas de uma escola abandonada – a frase “QUEM? ASSASSINOU DIEGO!!”. Já havíamos notado uma pichação similar, também em vermelho, nos destroços do que foi uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), na qual se lia “QUEM?? MATOU DIEGO!!”. Não era comum vermos pichado perguntas como aquelas na nossa região. Por isso desconfiamos que aquilo era um efeito das mobilizações em prol de justiça no caso Gabriel, pois logo após a descoberta da morte do jovem constantemente era midiaticizado a luta de familiares e militantes do movimento negro que cobravam a descoberta da autoria do crime. Essa eventualidade despertou a nossa curiosidade para saber quem era Diego,

¹⁷ Vários casos de violação a vida das pessoas negras ganharam popularidade e impulsionaram mobilizações em diversos estados do Brasil nos últimos meses do primeiro semestre de 2020, os atos ocorreram ao mesmo tempo em que o movimento estadunidense *Black Lives Matter* (em tradução livre “Vidas Negras Importam”) recebeu um novo estímulo em razão das reações ao assassinato do afro-americano George Perry Floyd Jr., morto por estrangulamento em uma abordagem policial no dia 25/05/2020. Na dissertação considerei que a simultaneidade da produção de mobilizações em torno dos casos (incluindo o de Gabriel), ocorria devido às diversas vulnerabilidades que se combinavam na produção das mortes das pessoas que os protagonizaram serem entendidas pelos sujeitos antirracistas como tendo em comum as marcas da precarização das possibilidades de viver da população negra. Produzindo assim um cenário onde a pauta do combate ao genocídio (em especial da juventude negra) passou a ser intensamente midiaticizada por sintetizar essa questão, dando dessa maneira os contornos de quais causas públicas conseguiriam ter maior adesão naquele momento.

perguntamos a algumas pessoas que moram próximas aos restos do que foi a UPA, mas nenhuma o conhecia. Minha mãe aproveitou o momento da entrevista para perguntar a Neginha, ao que ela respondeu “não tenho como saber”, justificando que “matam tantos” e depois listando mais de cinco jovens da sua rua que foram assassinados próximo da data em que o filho dela morreu. Ela não citou o nome de nenhum deles, só os das suas mães.

Apesar de me considerar um militante do movimento negro e ter sido um entusiasta da efervescência das lutas antirracistas em 2020, não tenho como desqualificar a escolha da forma de atuar pela vida da juventude negra que entendi que estavam fazendo as mulheres com quem trabalhei. Nem sei se estaria vivo para militar se não fosse as ações constantes e singelas de uma delas.

Considerações Finais

Ao longo desse texto trouxe recortes da minha pesquisa de mestrado para reelaborar como as mães com quem trabalhei, ao reconstruírem ou não deixarem que fosse destruído o mundo delas e de sua parentela frente ao luto da perda de um familiar e dois eventos de grande impacto internacional, estavam fazendo família e Estado ao buscarem serviços públicos em um território marcado por precariedades e pela violência urbana. Para isso, na primeira parte do texto elenquei como algumas das minhas colaboradoras lidaram com o aprofundamento das fragilidades na seguridade social durante a pandemia, já na segunda refleti sobre como elas articularam as prevenções de segurança pública com as sanitárias, além de indicar como a técnica de absorção no cotidiano da mortandade juvenil, que entendo que elas desenvolveram, fez com que elas não alterassem suas ações quando detonou as mobilizações pela vida das pessoas negras no RN, impulsionadas por um caso que ocorreu na região em que residimos.

Com essa produção etnográfica considero que para minhas colaboradoras a prioridade era a manutenção da unidade doméstica, por isso, com ou sem pandemia, com ou sem mobilizações pela vida das pessoas negras, elas buscavam diariamente que houvesse condições das suas famílias continuarem existindo. Para atingir esse objetivo era necessário usar suas energias vitais da maneira mais estratégica possível, o que incluía se valer do saber acumulado sobre as violências e precariedades do seu território. Às vezes essa expertise as colocava em vias diferentes das que estavam

sendo propagandeadas como o consenso nacional.

Seus movimentos, se alinhando ao estabelecido ou divergindo, tencionavam nas instituições em que elas pleiteavam algum serviço/benefício público, sendo por isso um elemento de construção do Estado nas margens, assim como suas táticas para manterem seus filhos seguros mesmo em um lugar em que constantemente pessoas como eles eram assassinadas, já que haviam poucas iniciativas estatais para os salvuardarem. Só com uma observação criteriosa e uma análise sensível é possível entender a agência constante daquelas mulheres para não deixar seus mundos ruírem ou reconstruírem quando necessário. Atentar-se para as demandas que aquelas mulheres têm ao fazerem a vida possível em meio a tantas limitações pode indicar um caminho mais justo para o Brasil, espero que meu trabalho tenha contribuído para isso, mesmo sabendo que a antropologia pode colaborar muito mais.

Referências

- ABU-LUGHOD, L. A escrita contra a cultura. Natal: **Equatorial**, v. 5, nº 8, jan/jun, 2018, p. 193- 226.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHATTERJEE, P. **La nación en tiempo heterogéneo: y otros estudios subalternos**. 1a ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: James Clifford. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002. p. 17-62.
- DAS, V. e POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparada. [S.l.]: **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, 2008.
- DUARTE, L.; GOMES, E. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- EFREM-FILHO, R. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. Campinas: Biblioteca Digital da UNICAMP, 2017.
- FARIAS, J. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pantheon Repositório Institucional da UFRJ, 2014.
- FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.
- FERGUSON, J. e GUPTA, A. “Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality”. In: **American Ethnologist**, v. 29, n. 4, p. 981-1002, 2002.
- FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal,

2009.

GONÇALVES, M. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontrar pessoas e personagens. In: **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2012.

GUPTA, A. Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado. Em: Philip Abrams; Akhil Gupta e Timothy Mitchell (orgs) **Antropología del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O Brasil com baixa imunidade: Balanço do Orçamento Geral da União 2019**. Brasília: INESC, 2020.

LEITE, M. As mães em movimento. In: LEITE, Márcia Pereira; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica Seguido de Sobre El Gobierno Privado Indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. **Portal Geledés** [online], 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-direito-universal-a-respiracao/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ORTNER, S. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PARNAMIRIM. **Plano Plurianual Participativo**. Parnamirim: Gabinete Civil, 2017.

PINHO, O. O fantasma do Estado: genocídio e necropolítica. **Portal Geledés** [online], 2014.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-fantasma-estado-genocidio-e-necropolitica/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ROBOTTOM, C. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

SERJE DE LA OSSA, M. **El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología, CESO, Ediciones Uniandes, 2011.

TAVARES, J. **Território, maternagem e extermínio da juventude negra: uma etnografia nas periferias ao oeste de Parnamirim/RN**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 132. 2021

VIANNA, A. (org). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, p. 15-35.

VIANNA, A. e LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu** [online]. 2017, n.51, e175101.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Recebido: 15 mar 2023

Aceito: 15 set 2023